

Caríssimo(a) Associado(a),

Apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direito, Educação, Ensino e Metodologia Jurídicos**, do XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado no Centro Universitário Curitiba (UNICURUTIBA/PR), entre os dias 29 de maio e 1º de junho de 2013.

O evento propôs uma análise da atual Constituição brasileira e ocorreu num ambiente de balanço dos programas, dada a iminência da trienal CAPES-MEC. Passados quase 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã necessita uma reavaliação. Desde seus objetivos e desafios até novos mecanismos e concepções do direito, nossa Constituição demanda reflexões. Se o acesso à Justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo. Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e consequentes novos parcelamentos das dívidas dos entes federativos, bem como o julgamento da chamada ADIN do calote dos precatórios. Cito apenas um dentre inúmeros casos que expõem os limites da Constituição de 1988. Sem dúvida, muitos debates e mesas realizados no XXII Encontro Nacional já antecipavam demandas que semanas mais tarde levariam milhões às ruas.

Com relação ao CONPEDI, consolidamos a marca de mais de 1.500 artigos submetidos, tanto nos encontros como em nossos congressos. Nesse sentido é evidente o aumento da produção na área, comprovável inclusive por outros indicadores. Vale salientar que apenas no âmbito desse encontro serão publicados 36 livros, num total de 784 artigos. Definimos a mudança dos Anais do CONPEDI para os atuais livros dos GTs – o que tem contribuído não apenas para o propósito de aumentar a pontuação dos programas, mas de reforçar as especificidades de nossa área, conforme amplamente debatido nos eventos.

Por outro lado, com o crescimento do número de artigos, surgem novos desafios a enfrentar, como o de (1) estudar novos modelos de apresentação dos trabalhos e o de (2) aumentar o número de avaliadores, comprometidos e pontuais. Nesse passo, quero agradecer a todos os 186 avaliadores que participaram deste processo e que, com competência, permitiram-nos entregar no prazo a avaliação aos associados. Também gostaria de parabenizar os autores

selecionados para apresentar seus trabalhos nos 36 GTs, pois a cada evento a escolha tem sido mais difícil.

Nosso PUBLICA DIREITO é uma ferramenta importante que vem sendo aperfeiçoada em pleno funcionamento, haja vista os raros momentos de que dispomos, ao longo do ano, para seu desenvolvimento. Não obstante, já está em fase de testes uma nova versão, melhorada, e que possibilitará sua utilização por nossos associados institucionais, tanto para revistas quanto para eventos.

O INDEXA é outra solução que será muito útil no futuro, na medida em que nosso comitê de área na CAPES/MEC já sinaliza a relevância do impacto nos critérios da trienal de 2016, assim como do *Qualis* 2013/2015. Sendo assim, seus benefícios para os programas serão sentidos já nesta avaliação, uma vez que implicará maior pontuação aos programas que inserirem seus dados.

Futuramente, o INDEXA permitirá estudos próprios e comparativos entre os programas, garantindo maior transparência e previsibilidade – em resumo, uma melhor fotografia da área do Direito. Destarte, tenho certeza de que será compensador o amplo esforço no preenchimento dos dados dos últimos três anos – principalmente dos grandes programas –, mesmo porque as falhas já foram catalogadas e sua correção será fundamental na elaboração da segunda versão, disponível em 2014.

Com relação ao segundo balanço, após inúmeras viagens e visitas a dezenas de programas neste triênio, estou convicto de que o expressivo resultado alcançado trará importantes conquistas. Dentre elas pode-se citar o aumento de programas com nota 04 e 05, além da grande possibilidade dos primeiros programas com nota 07. Em que pese as dificuldades, não é possível imaginar outro cenário que não o da valorização dos programas do Direito. Nesse sentido, importa registrar a grande liderança do professor Martônio, que soube conduzir a área com grande competência, diálogo, presença e honestidade. Com tal conjunto de elementos, já podemos comparar nossos números e critérios aos das demais áreas, o que será fundamental para a avaliação dos programas 06 e 07.

Com relação ao IPEA, cumpre ainda ressaltar que participamos, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), na qual o CONPEDI promoveu uma Mesa sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados. Sendo assim, em São Paulo lançaremos um novo livro com o resultado deste projeto, além de prosseguir o diálogo com o IPEA para futuras parcerias e editais para a área do Direito.

Não poderia concluir sem destacar o grande esforço da professora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e da equipe de organização do programa de Mestrado em Direito do UNICURITIBA, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso encontro. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

Curitiba, inverno de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

O volume que ora apresentamos é a reunião, sob forma dos artigos, dos temas expostos no Grupo de Trabalho *Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos*, durante o *XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI*, realizado entre 29 de maio e 1º de junho de 2013, na cidade de Curitiba (PR), e sediado pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

Este volume, da mesma forma que os atinentes aos demais Grupos de Trabalho, está sendo oferecidos à comunidade acadêmica sob a forma de e-book, de forma gratuita, propiciando à sociedade brasileira, em especial a da área de Direito, o pleno acesso ao conhecimento produzido nas pesquisas atualmente em desenvolvimento.

A publicação eletrônica faz, assim, as vezes dos tradicionais Anais, estando nela presentes todos os artigos que foram primeiramente aprovados e aceitos por meio do *double blind peer review* do sistema *Publica Direito* e posteriormente efetivamente apresentados por seus autores, ou por ao menos um dos seus coautores, durante do evento. Da mesma maneira, os três organizadores deste volume, e autores desta apresentação, foram os coordenadores do mencionado Grupo de Trabalho.

Ocorrido ao longo do dia 30 de junho, o Grupo de Trabalho apresentou uma certa diversidade de temas e um clima de debate acadêmico qualificado. Entre os autores dos trabalhos houve a presença de docentes e discentes de cursos de graduação e de programas pós-graduação, oriundos de diversos pontos do país.

O conjunto dos trabalhos apresentados pode, para fins didáticos, ser dividido em três grandes temas:

- a) direito à educação;
- b) educação jurídica; e
- c) pesquisa e extensão.

O primeiro tema incluí sete trabalhos que versam sobre o direito de acesso à educação como direito humano e como direito fundamental, sobre educação, desenvolvimento e desigualdades sociais, e sobre a relação entre a democratização do ensino superior e seus reflexos nos cursos de direito. No conjunto dos trabalhos são discutidos diferentes aspectos de um dos temas centrais das políticas educacionais vigentes: a inclusão social através da educação.

O segundo tema, que incluí o maior número de trabalhos, em número de doze, contém análises sobre aspectos variados da educação jurídica. Esse número pode ser considerado maior, se incluirmos nesse tema os três últimos trabalhos classificados no tema anterior e que tratam do acesso ao ensino superior e seus reflexos nos cursos de direito. Aqui as temáticas se apresentam mais diversificadas do que no grupo anterior, incluindo em especial análises filosóficas, curriculares e metodológicas.

O terceiro e último grupo inclui os trabalhos apresentados sobre a pesquisa e a extensão, em número de quatro. Os trabalhos sobre pesquisa estão centrados especificamente na pesquisa jurídica, incluindo discussões sobre a pesquisa crítica e a formação de pesquisadores. Relativamente à extensão, há um único trabalho, que busca apresentar um novo conceito para o que se deva entender por extensão universitária.

Este volume traz para o debate velhos e novos temas; e mostra que a luta por acesso e qualidade continua presente, como sempre esteve, na área da educação. E no campo específico do ensino do direito (que hoje se tem preferido chamar de educação jurídica), após décadas de discussão e duas reformas nos últimos 20 anos, grande parte dos problemas permanecem presentes. Em 2014 serão 20 anos da edição da Portaria n.º 1.886/1994 e 10 anos da edição da Resolução CES/CNE n.º 9/2004. Se as reformas foram feitas e incluíram as propostas da área, como ocorreu nos dois casos, e os problemas continuam, ou o diagnóstico ou o remédio estão errados... talvez ambos.

Coordenadores do Grupo de Trabalho

Professor Doutor Horácio Wanderlei Rodrigues – UFSC

Professor Doutor Orides Mezzaroba – UFSC/UNINOVE

Professor Doutor Ivan Dias da Motta – CESUMAR